

Análise dos progressos, constrangimentos e desafios do programa agrário “Sustenta” em Moçambique

Analysis of the progress, constraints and challenges of the agrarian program "Sustenta" in Mozambique

Análisis del progreso, limitaciones y retos del programa agrario "Sustenta" en Moçambique

Recebido: 12/10/2021 | Revisado: 17/10/2021 | Aceito: 30/10/2021 | Publicado: 31/10/2021

Jacinta Inês Marcos da Costa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1428-7618>

Universidade Zambeze, Moçambique

E-mail: jacintaines5@gmail.com

Pedro Castigo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4818-8802>

Delegação Provincial da Agência Nacional para o Controlo da Qualidade Ambiental de Manica, Moçambique

E-mail: mpumbane@gmail.com

Resumo

O Sustenta, cuja primeira fase foi lançada em 2017 e a segunda em 2020, é um programa de integração da agricultura familiar em cadeias de valores produtivas, com vista ao melhoramento da qualidade de vida das famílias rurais através da promoção da agricultura sustentável em Moçambique. Desde que o programa foi lançado em 2017, não houve avaliação participativa e, sobretudo, com o envolvimento das comunidades locais e organizações da sociedade civil. Bem como não há estudos que já foram desenvolvidos com vista a analisar a sustentabilidade do Programa. Assim sendo, esta pesquisa teve como objetivo analisar a sustentabilidade económica deste programa. Para tal, o estudo baseou-se em um estudo exploratório e análise estatística. De acordo com os resultados, não houve um aumento significativo da produção e produtividade. Os maiores constrangimentos do programa estão relacionados com a falta de transparência na seleção dos beneficiários, monitoria e avaliação do programa, com a inexistência de infraestruturas agrícolas e de vias de comunicação acessíveis nas áreas rurais e com a falta de garantia de disponibilidade de fundos para o cumprimento das metas do programa até 2024. Com isso, a sustentabilidade do programa está em risco. Nesta perspectiva, sugere-se a promoção de uma avaliação participativa; a maior divulgação do programa e a mobilização de recursos para o cumprimento das metas do programa.

Palavras-chave: Produção; Desenvolvimento; Sustentabilidade.

Abstract

The Agricultural and Natural Resource Landscape Management Project (Sustenta), whose first phase was launched in 2017 and the second in 2020, is an integrated rural development and poverty alleviation program that aims to improve the quality of life of rural families through the promotion of sustainable agriculture. Since the program was launched in 2017, there has been no participatory evaluation and, above all, with the involvement of local communities and civil society organizations. As well as there are no studies that have already been developed for analyzing the sustainability of the Program. Therefore, this research aimed to analyze the economic sustainability of this program. The study was based on an exploratory study and statistical analysis. In relation to the areas, production and agricultural income registered, it was found that the results obtained did not result in significant increases in production and productivity. The biggest constraints of the program are related to the lack of transparency in the selection of beneficiaries, monitoring and evaluation of the program, the lack of accessible agricultural infrastructure and communication routes in most rural areas and the lack of guarantee of availability of funds for the fulfillment of the program's goals by the year 2024. As a result, the program's sustainability is at risk. In this perspective, the promotion of a participatory evaluation is suggested; the mobilization of resources for the effective fulfillment of the program and greater dissemination of the program.

Keywords: Production; Development; Sustainability.

Resumen

El programa Sustenta, cuya primera fase se puso en marcha en 2017 y la segunda en 2020, es un programa de integración de la agricultura familiar en cadenas de valor productivas, que tiene como objetivo mejorar la calidad de vida de las familias rurales a través de la promoción de la agricultura sostenible en Mozambique. Desde que se puso en marcha el programa en 2017, no se ha realizado una evaluación participativa y, sobre todo, con la implicación de las comunidades locales y organizaciones de la sociedad civil. Así como tampoco existen estudios que ya se hayan

desarrollado con miras a analizar la sostenibilidad del Programa. Por tanto, esta investigación tuvo como objetivo analizar la sostenibilidad económica de este programa. Para ello, el estudio se basó en un estudio exploratorio y análisis estadístico. Según los resultados, no hubo un aumento significativo en la producción y la productividad. Las mayores limitaciones del programa están relacionadas con la falta de transparencia en la selección de beneficiarios, seguimiento y evaluación del programa, la falta de infraestructura agrícola y vías de comunicación accesibles en las zonas rurales y la falta de garantía de disponibilidad de fondos para el cumplimiento de los objetivos del programa para 2024. Como resultado, la sostenibilidad del programa está en riesgo. En esta perspectiva, se sugiere la promoción de una evaluación participativa; mayor difusión del programa y movilización de recursos para alcanzar los objetivos del programa.

Palabras clave: Producción, Desarrollo; Sostenibilidad.

1. Introdução

Em Moçambique, cerca de 67% da população reside nas zonas rurais, onde 98% desta pratica a agricultura familiar, essencialmente de subsistência, que representa 97,8% das explorações agrícolas do país¹. Cerca de 3,9 milhões das famílias praticam agricultura de sequeiro em parcelas de cerca de 1,4 hectares (Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural [MADER], 2021).

Na agricultura familiar nacional a utilização de tecnologias melhoradas é baixa, apenas cerca de 9,1 % dos produtores irriga os campos agrícolas, 6,9% dos produtores tem acesso à extensão rural², 4,6% usa sementes melhoradas, 5,5% utiliza pesticidas, 8,8% utiliza estrume, 7,8% utiliza fertilizantes químicos, 0,6% tem acesso à créditos e 39,9% tem acesso à informação sobre os preços dos produtos agrícolas. Para além disso, em cerca de 30,7% dos produtores ocorrem perdas pós-colheitas e cerca de 70% das propriedades são afetadas por eventos climáticos extremos (MADER, 2019; 2021). Com uma área total de cultivo de cerca de 5,5 milhões de hectares, as principais culturas alimentares são do milho, arroz, mapira, amendoim, feijões (nhemba, boer e manteiga), mandioca e batata-doce (MADER, 2021).

A agricultura familiar tem uma contribuição significativa no Produto Interno Bruto (PIB). Ela contribuiu com 21% - 24% no PIB nos últimos 10 anos (Muianga, 2020).

Apesar de Moçambique possuir boas potencialidades agroecológicas, de ter 36 milhões de hectares de terra arável, extensas áreas com terras férteis e 15 grandes bacias hidrográficas, o rendimento agrícola ainda é muito baixo. Para os cereais é de 0,8 toneladas/hectare (Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento [GBAD], 2018).

Com vista a assegurar o desenvolvimento rural e o alívio à pobreza, foram elaborados diversos instrumentos legais de desenvolvimento agrário. A Política Agrária e Estratégia de Implementação (PAEI) aprovada em 1995, preconizava a transformação da agricultura de subsistência numa agricultura voltada para o mercado. O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Setor Agrário (PEDSA), orienta para a transferência de tecnologias, a provisão de insumos agrícolas, processamento e comercialização agrícolas e a gestão sustentável dos recursos naturais (Presidência da República [PR], 2020).

Porém, os diversos instrumentos de desenvolvimento agrário não resultaram em aumentos significativos da produção e rendimentos agrícolas. Dentre as principais causas constam a focalização de alguns programas à capacitação institucional; o não envolvimento das comunidades locais, da sociedade civil e do setor privado; a falta de um plano operacional para a coordenação institucional e a falta de orçamentação dos planos. Portanto, não houveram ações diretas conducentes ao aumento da produção e da produtividade como o acesso ao crédito aos produtores, a provisão de fertilizantes e de maquinaria agrícolas, a promoção de pequenas agroindústrias e de infraestruturas agrícolas nas zonas rurais, aumento da rede de extensão rural e o melhoramento das vias de acesso nas zonas rurais (Centro para a Democracia e Desenvolvimento [CDD], 2020).

Em 2017 o Governo lançou o programa agrícola denominado “Sustenta”. A primeira fase, para a província de Nampula, foi implementada nos distritos de Mecuburi, Laláua, Ribáue, Malema e Ripale e, na Zambézia, nos distritos de

¹ No país existem cerca de 4,3 milhões de explorações agrícolas (pequenas e médias).

² Moçambique possui 1,815 extensionistas da rede pública e 1,405 da rede privada.

Gurúe, Alto Mócue, Ile, Gilé e Mocuba. A segunda fase, lançada em 2020, cobriu todas as províncias. Este programa visa melhorar a qualidade de vida das famílias rurais através da promoção da agricultura sustentável (Mitader, 2019).

Nesta perspectiva, este trabalho teve como objetivo analisar a sustentabilidade económica do programa, com vista ao desenvolvimento agrário. Para tal, analisou-se a evolução das infraestruturas, dos equipamentos, dos serviços de extensão rural e da produção e rendimentos agrícolas para o período de 2017-2020 e identificaram-se os principais constrangimentos e desafios do Sustenta.

2. Metodologia

Realizou-se um estudo exploratório que fundamentalmente envolveu o levantamento bibliográfico. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009), o estudo exploratório visa proporcionar maior familiaridade com o problema. A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem quali-quantitativa, pois interpreta as informações quantitativas. Segundo Schneider, Fujii e Corazza (2017), a combinação do método qualitativo com o quantitativo possibilita melhor análise estrutural de um determinado fenómeno.

Para a análise dos dados, utilizou-se a estatística descritiva, com vista a análise da evolução das infraestruturas, dos equipamentos, dos serviços de extensão rural e da produção e rendimentos agrícolas. Todos os dados foram processados com base em software SPSS 21.

Foram utilizados dados dos indicadores básicos da agricultura e alimentação, do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2020). Foram ainda utilizados dados dos balanços dos Planos Económicos e Sociais (PES) dos anos 2017, 2018, 2019 e 2020, elaborados pelo Ministério de Economia e Finanças (MEF; 2018; 2019; 2020; 2021).

3. Resultados e Discussão

3.1 Equipamentos, infraestruturas e serviços de extensão

As intervenções físicas do Sustenta, dentre outras áreas, estão sob forma de melhoria e manutenção de estradas terciárias, pontes rurais e sistemas de irrigação de pequena e média escalas³ e do reforço da capacidade de extensão rural. Para além disso, o Sustenta apoia os agricultores com diversos equipamentos agrícolas (MITADER, 2019).

Quanto aos equipamentos, não se tem informação sistematizada da evolução dos equipamentos disponibilizados. O INE (2021) dispõe apenas dos dados que as províncias dispunham até 2019 (Tabela 1).

Tabela 1. Número de equipamentos adquiridos por província (2017-2019).

Província	Tratores	Charruas	Grades Niveladora	Grades aradora	Subsoladoras	Distribuidoras (sementes e adubo)
Nampula	57	57	49	41	17	22
Zambézia	55	44	35	35	9	14

Fonte: INE (2020).

Estes dados incluem equipamentos disponibilizados em outros programas como, por exemplo, o Programa de Promoção de Mercados Rurais (PROMOVER) na província de Nampula. Na província da Zambézia a Agência de Desenvolvimento do Vale do Zambeze também promove o desenvolvimento do setor agrícola (CDD, 2020).

³ Os sistemas de irrigação estão sob gestão de um projeto adistrito ao Sustenta, designado Irriga.

À semelhança dos dados sobre os equipamentos agrícolas, não há dados sistematizados e disponíveis sobre as infraestruturas agrícolas. Em relação aos regadios, dados do MADER (2019) indicam que até ao fim da primeira fase apenas Zambézia se beneficiou. Foram construídos e/ou reabilitados 626 regadios (Tabela 2).

Tabela 2. Número de regadios construídos e/ou reabilitados (2017 -2019).

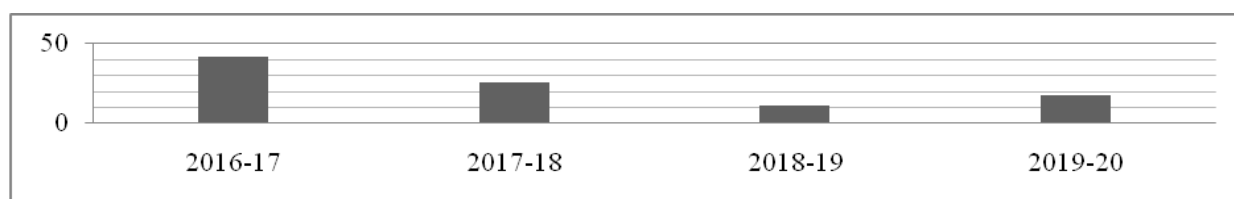
Província	2017	2018	2019
Nampula	0	0	0
Zambézia	180	446	0

Fonte: MADER (2019).

De acordo com o MITADER (2019b), ainda há poucos regadios. Esta situação constitui uma das maiores limitações do desenvolvimento da agricultura.

Quanto à reabilitação e/ou construção de pontes, dados apurados para o nível nacional indicam que foram reabilitadas 95 pontes. As maiores reabilitações foram feitas nas campanhas de 2016-17 e de 2017-18 (Figura 1).

Figura 1. Número de pontes construídas ou reabilitadas por campanha agrícola (2017-2020).

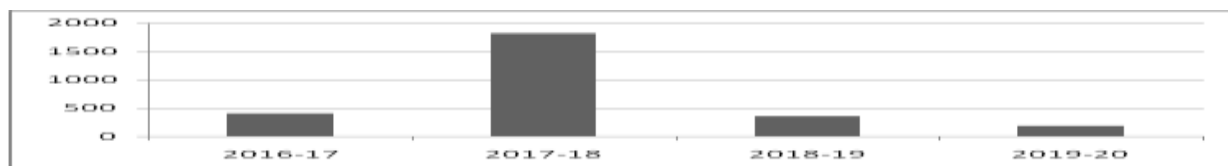


Fonte: MEF (2018; 2019; 2020; 2021)

A redução do número das pontes reabilitadas e/ou construídas nas últimas duas campanhas agrícolas pode ilustrar a exequidade do orçamento disponibilizado para esta atividade. Para além disso, de acordo com o Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos (MOPHRH, 2020), nem todas reabilitações e/ou construções foram feitas com orçamento do programa Sustenta pois, para estes trabalhos o ministério conta com os fundos do Orçamento Geral do Estado (OGE) e com fundos externos.

No âmbito do melhoramento das vias de acesso, foram construídos ou reabilitados 2779,2 Km de estrada. Nas últimas duas campanhas agrícolas as vias de acesso melhoradas foram menores (Figura 2).

Figura 2. Estradas construídas/reabilitadas em Km por campanha agrícola (2017- 2020).



Fonte: MEF (2018; 2019; 2020; 2021)

De acordo com o MITADER (2019b), a acessibilidade igualmente ainda continua como uma das limitantes do aumento da produção e comercialização agrícolas. De acordo com a mesma fonte, foram identificados 66 troços problemáticos com 3181 km e a densidade de estradas, com 2,9Km por cada 100Km², é baixa, quando comparada com a de outros países como a Tanzânia (5,5Km) e o Quênia (10,5). Marassiro, Oliveira e Pereira (2021) também refere que a inacessibilidade da maior parte das áreas rurais, para além de aumentar o custo de produção, aumenta a distância entre o produtor e o consumidor.

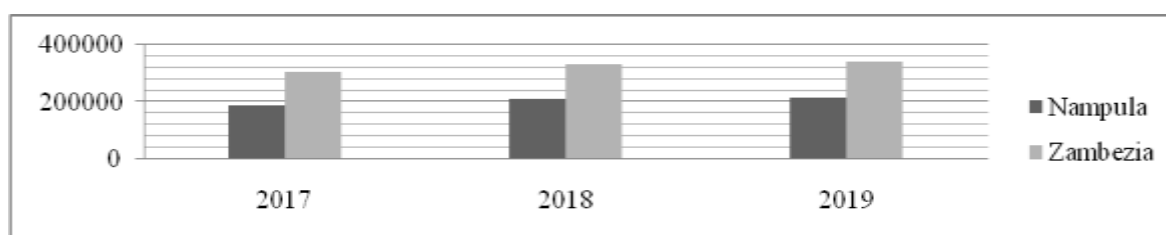
Em relação à extensão rural, cerca de 1,800 técnicos das redes públicas beneficiaram de capacitações para integrarem as abordagens do Sustenta. À nível nacional, foram formados mais 2,000 novos extensionistas (MADER, 2019; PR, 2020).

O número de extensionistas aumentou. Porém, de acordo com CDD (2020), registaram-se algumas dificuldades de assistência aos agricultores por limitações de fundos para o funcionamento. De acordo com Mosca (2017) apud Marassiro *et al.* (2021), o orçamento alocado para aos serviços de extensão é de 0,24% do PIB agrário. Alage (2017), refere que há necessidade de análise das melhores abordagens de extensão rural pois, algumas abordagens utilizadas como Escola Machamba do Camponês (EMC), não é bem sucedida em países em vias de desenvolvimento.

3.2 Evolução da produção e rendimentos agrícolas

Dentre outros aspetos, de uma forma geral, com o Sustenta espera-se aumento do crescimento anual da produção agrícola de 2,3% para 5% (PR, 2020). Segundo dados do INE (2021), quanto as áreas cultivadas, para Nampula, de 2017 para 2018 registou-se um acréscimo de 10,5% e de 2018 para 2019 de 2,5%. Para Zambézia, de 2017 para 2018 o acréscimo registado foi de 8% e de 2018 para 2019 de apenas 2,2% (Figura 3).

Figura 3. Área cultivada em hectar por província (2017- 2019).



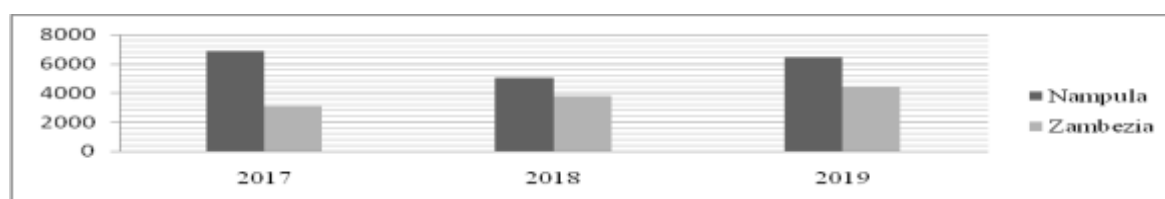
Fonte: INE (2021).

De acordo com os dados do INE (2021), em 2015 e 2016 estas províncias já tinham obtido áreas cultivadas superiores às das registadas no período do Sustenta de 213710 hectares (em 2015) e 221677 hectares (2016) para Nampula e de 346959 (em 2015) e 319747 (em 2015) para Zambézia.

Portanto, mesmo com a disponibilização dos equipamentos agrícolas e reabilitação de algumas infraestruturas agrárias e com existência de outros programas de desenvolvimento agrário, como a Agência de Desenvolvimento do Vale do Zambeze, por exemplo, que também intervém na agricultura e melhoramento das infraestruturas agrícolas, as áreas cultivadas na fase-piloto do Sustenta foram inferiores.

Quanto às áreas irrigadas, na província de Nampula, de 2017 para 2018, registou-se uma redução em 36,5% e de 2018 para 2019 registou um aumento em 28%. Para Zambézia, de 2017 para 2018 registou-se um aumento da área irrigada em 22% e de 2018 para 2019 uma subida de 16% (Figura 4).

Figura 4. Área irrigada por hectar (2017- 2019).

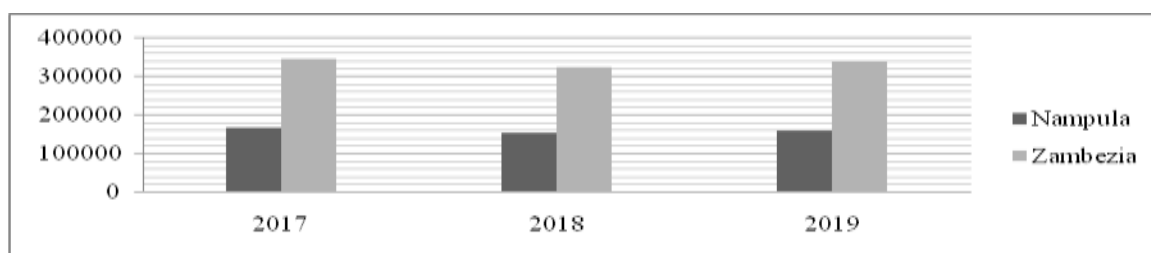


Fonte: INE (2021).

Comparativamente aos anos de 2015 e de 2016, de acordo com os dados do INE (2021), as áreas agrícolas irrigadas no período do Sustenta registaram um decréscimo. Pois, para a província de Nampula, irrigaram-se 8341 e 5378 hectares respectivamente e para Zambézia foram de 4901 e 4463 hectares.

Em relação à produção agrícola, dados do INE (2021) indicam que, para a produção dos cereais, na província de Nampula, de 2017 para 2018 registou-se um decréscimo na ordem de 8,5% e de 2018 para 2019 um aumento da produção de apenas 3,7%. Para a província da Zambézia, de 2017 para 2018 houve um decréscimo da produção da ordem de 6,1 % e de 2018 para 2019 o incremento da produção foi de 4,38% (Figura 5).

Figura 4. Produção de cereais em toneladas (2017-2019).

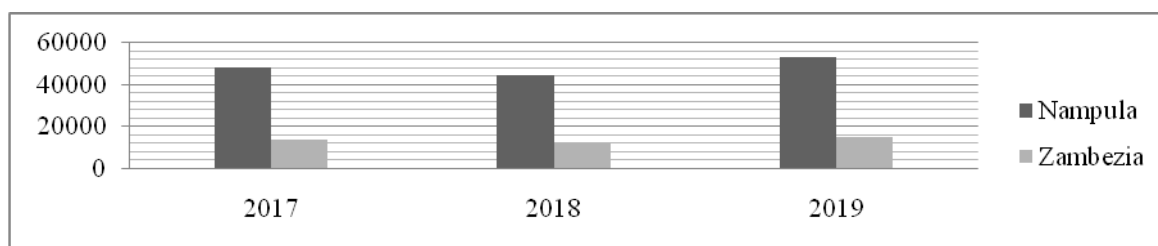


Fonte: INE (2021).

Segundo dados do INE (2021), comparando os dados da produção agrícola de 2016 com os de 2017, para os cereais nas duas províncias registou um aumento. Pois, na província de Nampula, de 2016 para 2017, o aumento registado foi de 21% e, na província da Zambézia, de 2016 para 2017, tendo-se obtido um incremento da produção na ordem de 23,9%.

Em relação à produção do amendoim, para a província de Nampula, de 2017 para 2018 registou-se um decréscimo da produção em cerca de 6% e de 2018 para 2019 um incremento da produção em 15,8%. Para a Zambézia, de 2017 para 2018 registou-se uma redução da produção na ordem de 13,25% e de 2018 para 2019 a produção aumentou em 20,4% (Figura 6).

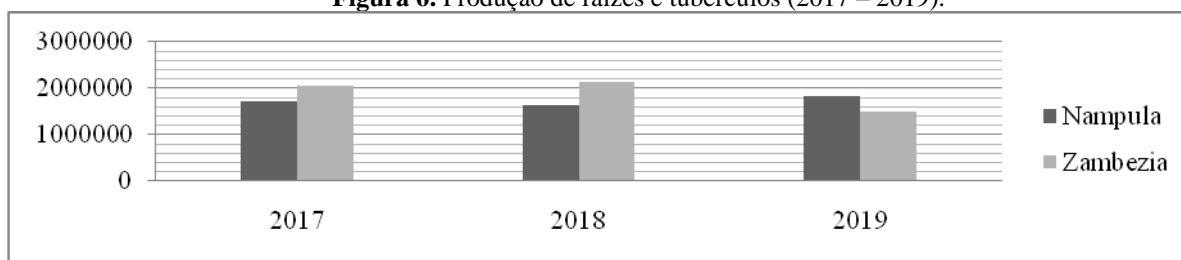
Figura 5. Produção de amendoim em toneladas (2017 – 2019).



Fonte: INE (2021).

A produção de raízes e tubérculos, para a província de Nampula, de 2017 para 2018 registou um decréscimo na ordem de 4,2% e de 2018 para 2019 um incremento de 10,8%. Para a província da Zambézia, de 2017 para 2018 a produção incrementou na ordem de 3% e de 2018 para 2019 houve um decréscimo de 29,6% (Figura 7).

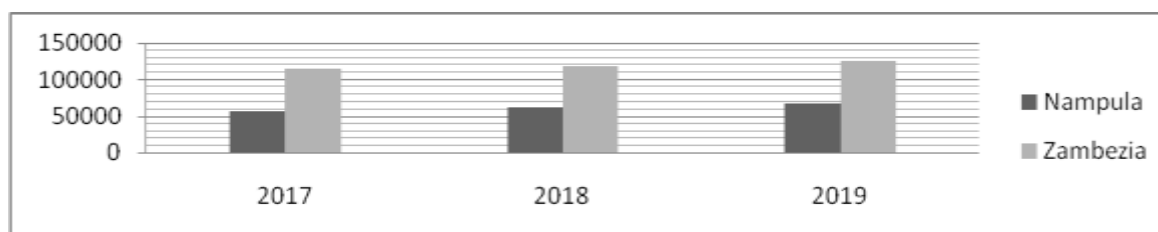
Figura 6. Produção de raízes e tubérculos (2017 – 2019).



Fonte: INE (2021).

Os feijões registaram um incremento da produção. De 2017 para 2018, para a província de Nampula, o incremento registado foi de 8,5% e de 2018 para 2019 de 6,7%. Para a província da Zambézia, de 2017 para 2018 o incremento da produção foi de 2,3% e de 2018 para 2019 de 6,3% (Figura 8).

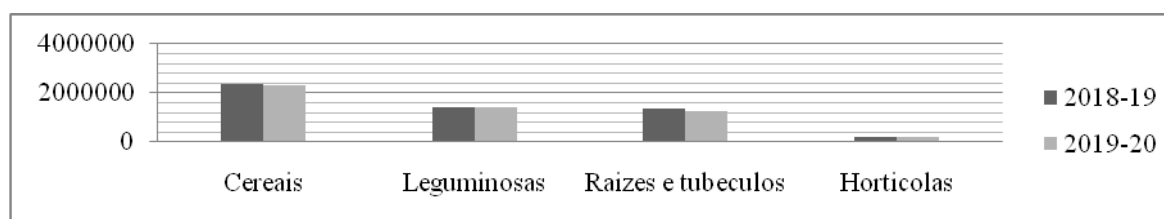
Figura 7. Produção de feijões em toneladas (2017 – 2019).



Fonte: INE (2021).

Com a implementação do Sustenta à nível nacional, em relação às áreas cultivadas, de acordo com o MEF (2020; 2021), em todo o país, houve uma ligeira variação para todas as culturas. Para os cereais registou-se um decréscimo da área cultivada em 1,8%; para as leguminosas um incremento em 3,2 %, para as raízes e tubérculos decresceram em 7,8% e para as hortícolas as áreas cultivadas aumentaram em 6,0% (Figura 9).

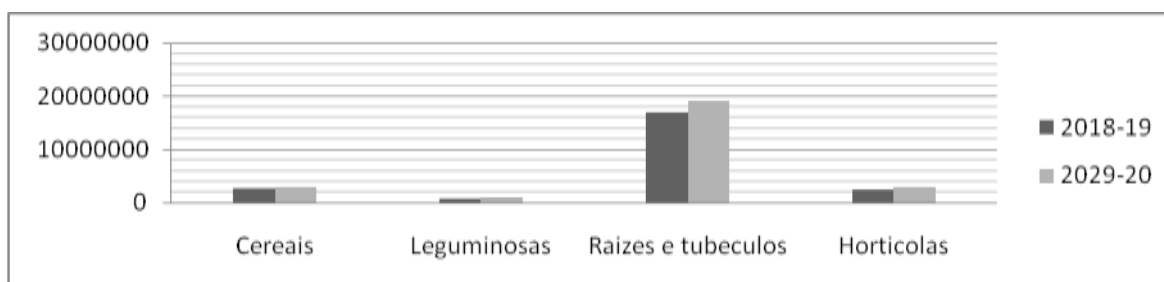
Figura 8. Área cultivada em Hectar (2019 - 2020).



Fonte: MEF (2020; 2021).

Quanto à produção, para os cereais registou-se um ligeiro incremento de 6,7%, para as leguminosas, houve um ligeiro incremento de 6,5%; para as raízes e tubérculos a produção aumentou em 11,7% e, para as hortícolas um aumento em 10,6% (Figura 10).

Figura 9. Produção em toneladas (2019-2020).

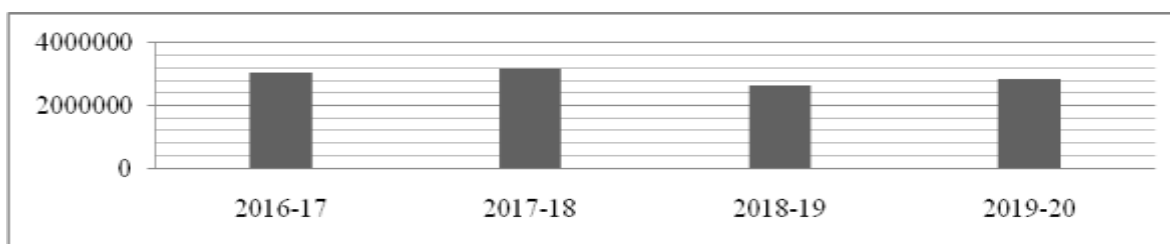


Fonte: MEF (2020; 2021).

Analisando os progressos da segunda fase do Sustenta com base nos dados do MEF (2020; 2021), constata-se que, tanto das áreas cultivadas como da produção agrícola, os aumentos registados não foram significativos.

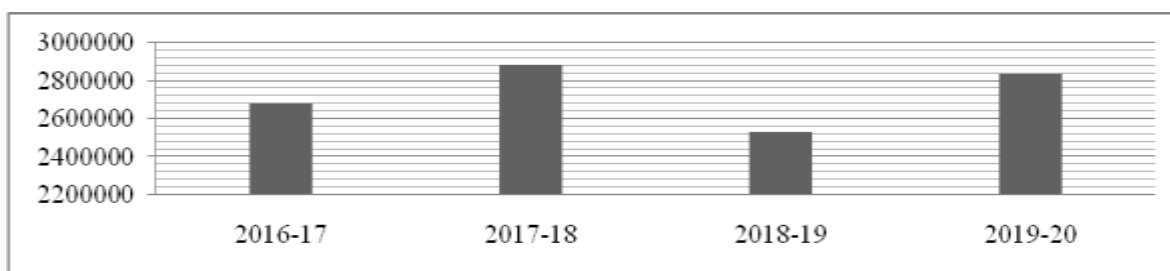
Comparando os dados do MEF (2018; 2019; 2020; 2021), da produção agrícola nacional, verifica-se que mesmo antes da expansão do Sustenta à nível nacional a produção agrícola para as culturas de cereais e hortícolas já tinha sido superior (Figuras 11 e 12).

Figura 10. Evolução da produção dos cereais por campanha agrícola (2017-2020).



Fonte: MEF (2018; 2019; 2020; 2021).

Figura 11. Evolução da produção das hortícolas por campanha agrícola (2017-2020).



Fonte: MEF (2018; 2019; 2020; 2021).

Esta situação ilustra claramente que, até então, o programa Sustenta ainda não tem impactos significativos na produção agrícola. Igualmente, de 2017 para 2020, para os cereais o rendimento agrícola nacional não aumentou, continuando de 0,8 toneladas/ha para os cereais (Tabela 3).

Tabela 3. Rendimento dos cereais por campanha agrícola.

Campanha agrícola	Produção	Área	Rendimento
2016-17	3049700	2636700	0,86
2017-18	3173702	2656761	0,84
2018-19	2635600	2346600	0,89
2019-20	2826648	2303030	0,81

Fonte: INE (2020).

3.3 Constrangimentos e desafios do sustenta

Da análise bibliográfica e documental feita constata-se que o Sustenta tem vários constrangimentos. Dentre eles constam a falta de monitoria e avaliação participativa, falta de critérios objetivos e públicos na seleção dos beneficiários, fraco acesso aos insumos agrícolas, a inexistência de infraestruturas agrícolas e os baixos preços de compra aos produtores.

De acordo com o CDD (2020), o facto de não ter havido uma monitoria e avaliação participativa do programa antes de se avançar para a segunda fase não garante a existência de transparência na governação económica do programa. O Observatório do Meio Rural (OMR, 2017) também refere que o funcionamento, a eficácia, a coordenação e a transparência é um risco do programa à todos os níveis. Neste contexto, a monitoria e avaliação com as partes afetadas e interessadas com o programa é fundamental e, sobretudo, com o envolvimento das comunidades locais e das organizações da sociedade civil.

O CIP (2021), no estudo que realizou entre novembro de 2020 e março de 2021 nas províncias de Tete, Nampula e Zambézia com o fim de avaliar a integridade do programa, menciona-se a falta de critérios objetivos e públicos na seleção dos beneficiários como um constrangimento do Sustenta⁴. De acordo com a mesma fonte, nas zonas rurais há muitas famílias que não estão informadas da sua existência e dos seus mecanismos de acesso. O CIP (2021, p. 1), avança que “alguns dos beneficiários nem tem capacidade de concorrer, tendo mesmo beneficiado candidatos que não possuem campos agrícolas, por existência de certas afinidades com equipas locais do programa”.

O aumento da produção e rendimento agrícolas são baixos. De acordo com o Ministério da Agricultura (MA, 2011), para além do baixo acesso à insumos de qualidade (sementes, fertilizantes e pesticidas), deve-se à inexistência de infraestruturas rurais, na maior parte das áreas rurais. A construção e manutenção de represas, de regadios de pequena e médias escala constitui um dos maiores desafios do setor agrícola.

De acordo com Muianga (2020), o escoamento e a comercialização agrícolas e o acesso aos fatores de produção, são igualmente dificultados pela existência de vias de acesso precárias na maior parte das zonas rurais do país. A maior preocupação evidencia-se nas estradas terciárias. O MA (2011) refere que os elevados custos de transação desincentivam a participação do setor familiar no mercado.

Para o crescimento sustentável do setor agrícola familiar é fundamental que evolua para além do mero nível de subsistência. Para o efeito, o MA (2011) e Muianga (2020) referem que é indispensável que a agricultura familiar seja voltada ao mercado, os agricultores devem ter maior acesso à assistência técnica, aos créditos agrícolas, aos insumos e aos preços agrícolas.

Para o OMR (2017), a política de preços joga um papel fundamental no incentivo ao aumento da produção e comercialização de uma determinada cultura. Pelo que, para algumas culturas como o milho, os pequenos produtores não se sentem motivados para o aumento da produção enquanto o preço de compra ao produtor ser baixo.

⁴ Para a elegibilidade dos Pequenos Agricultores Comerciantes Emergentes (PACEs), exige-se uma orientação ao mercado, uso de tecnologias e insumos e disponibilidade para trabalhar com outros agricultores.

A sustentabilidade do programa passa ainda pela garantia da disponibilidade dos recursos financeiros para o cumprimento das suas metas. Como o CDD (2020) refere, com um orçamento indicativo de mais de 145 milhões de meticais, o OGE está limitado, dada a recessão económica que o país atravessa com os sucessivos problemas que registam-se como a pandemia de COVID-19 e desastres naturais.

De acordo com o OMR (2017), é ainda importante que haja abertura para a gestão dos fundos do programa. O melhor seria a participação do setor bancário para o efeito. O CDD (2020) refere que é papel dos bancos e das instituições financeiras a aprovação e financiamento dos projetos. Segundo Orre e Forquilha (2012), uma das causas do fracasso do Orçamento de Investimento da Iniciativa Local (OIL), também designado de Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD)⁵ foi o fato de que, enquanto gerido pelos Conselhos Consultivos (CC's), ao nível do distrito, não havia padrões de transparência necessários para o seu reembolso, havia uma deficiente seleção dos beneficiários, ausência de monitoria e avaliação dos projetos financiados e falta de contratos claros entre os CC's e o beneficiário, incluindo falta de clareza nos mecanismos de reembolso dos valores.

De acordo com o CDD (2020), alguns beneficiários dos fundos e meios do Sustenta aplicam os meios destinados à produção e comercialização agrícolas para outros fins como o transporte de madeira e o transporte de passageiros. Esta situação também compromete o cumprimento das metas do programa. Com isso, há uma necessidade de identificação criteriosa dos beneficiários.

4. Conclusões e Sugestões

Dos resultados obtidos neste estudo constata-se que com o Sustenta até então não foram registados aumentos significativos tanto da produção como dos rendimentos agrícolas.

Não obstante o programa ainda estar em curso ao nível nacional, corre o risco de não ser bem-sucedido. Os riscos do programa prendem-se essencialmente com a inexistência de monitoria e avaliação participativa do programa; falta de envolvimento das instituições bancárias na gestão dos fundos do programa e de garantia do orçamento para o cumprimento de todo o programa.

Deste modo, sugere-se avaliação participativa do programa e a mobilização de recursos para a garantia do cumprimento efetivo do programa. Também sugere-se maior divulgação do programa e o maior rigor no cumprimento dos critérios de seleção dos beneficiários e a aplicação efetiva dos meios e recursos do programa à produção, comercialização agrícolas e no agroprocessamento por parte dos beneficiários.

Referências

- Alage, A. (2017). Desafios da extensão rural no desenvolvimento sustentável em moçambique. Doutoramento em sustentabilidade social e desenvolvimento. Universidade Aberta.
- Centro de Integridade Pública (CIP, 2021). Falta de transparência na selecção dos beneficiários do projecto Sustenta indica compra de leadades à nível local. Boletim informativo No 3/2021
- Centro para a Democracia e Desenvolvimento (2020). O país vai ficar insustentável. Comunicado no. 36, de 5 de Agosto.
- Gerhardt, T. E. & Silveira, D. T. (2009). Métodos de pesquisa. UFRGS
- Grupo do Banco Mundial de Desenvolvimento (GBMD, 2018). Resumo dos resultados de Moçambique. Abidjan
- Instituto Nacional de Estatística (2021). Indicadores básicos da agricultura e alimentação. Maputo
- Marassiro, O. e P. (2021). A agricultura familiar em Moçambique: características e desafios. *Research, Society and Development*, 10(6).
- Ministério da Agricultura (MA, 2011). O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA)2011—2020. Maputo

⁵ Este fundo era atribuído aos projetos familiares em forma de empréstimo com vista a estimular a promoção de actividades económicas. Era de aplicação de um fundo rotativo ao nível distrital à medida que os valores fossem reembolsados.

- Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER, 2019). Balanço da campanha agrícola 2018 – 2019. Maputo
- Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER, 2021). Inquérito agrário integrado 2020. Maputo
- Ministério da Economia e Finanças (MEF, 2018). Relatório balanço do plano económico e social de 2017. Maputo
- Ministério da Economia e Finanças (MEF, 2019). Relatório balanço do plano económico e social de 2018. Maputo
- Ministério da Economia e Finanças (MEF, 2020). Relatório balanço do plano económico e social de 2019. Maputo
- Ministério da Economia e Finanças (MEF, 2021). Relatório balanço do plano económico e social de 2020. Maputo
- Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos (MOPHRH, 2010). Balanço anual de 2020. Maputo
- Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER, 2019). Agriculture and Natural Resource Landscape Management Project (Sustenta). Maputo
- Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER, 2019b). Plano nacional de desenvolvimento territorial. Maputo
- Muianga, C. (2020). A economia de Moçambique e os conflitos e tensões à volta das condições de produção e reprodução agrícola: Desafios para Moçambique.
- Observatório do Meio Rural (OMR, 2017). Sustenta: Oportunidades e riscos. Destaque Rural N° 19, Março de 201
- Orre, A. & Forquilha, S. (2012). Uma iniciativa condenada ao sucesso: o fundo distrital dos 7 milhões e suas consequências para a governação em Moçambique.
- Presidência da República (PR, 2020). Discurso de sua excelência, Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da república de Moçambique, por ocasião do lançamento do programa Sustenta.
- Schneider, E. M.; Fujii, R. A. X. & Corazza, M. A. (2017). Pesquisas quali-quantitativas: contribuições para a pesquisa em ensino de ciências. In: *Revista Pesquisa Qualitativa*. 5(9). 569-594